

RELATÓRIO DO COMITÊ POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS

2015-2016 – (Presidência da ABA de Antônio Carlos de Souza Lima)

Coordenadora do Comitê: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE)

Vice-Coordenador do Comitê: Stephen Grant Baines (UnB)

INTEGRANTES:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEAM)

Andréa Zhouri (UFMG)

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Elieyd Sousa de Menezes (UFAM)

Estêvão Palitot (UFPB)

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB)

Gersem Luciano Baniwa (UFAM)

Russell Parry Scott (UFPE)

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Walmir Pereira da Silva (Unisinos)

1. O FUTURO DO COMITÊ

Reunidos na ABA em João Pessoa, a atual coordenação e integrantes presentes discutiram sobre a continuidade do comitê, devido ao fato que tem muitas interfaces e sentiu que seria muito importante dar continuidade ao trabalho. Considerando a especificidade do Comitê e a situação atual de acirramento das políticas governamentais que privilegiam a expansão da implantação de grandes projetos e visam, ao mesmo tempo, reverter os direitos conquistados dos povos indígenas e outros povos tradicionais e agridem o meio ambiente em escala sem precedentes, julga-se necessário manter o comitê que pode agir como um observatório dentro da ABA para acompanhar esta situação.

2. O PLANO DE AÇÃO

A ação do comitê no período de 2015-2016, com a ABA sob a presidência do Professor Antônio Carlos de Souza Lima, foi coordenada por Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/UFPE), com o apoio do Vice-Coordenador Stephen Grant Baines (UnB), junto com os outros integrantes do Comitê. A proposta foi de dar continuidade ao trabalho do coordenador anterior, Russell Parry Scott, da UFPE. O enfoque em povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos encontra muitas interseções com outros comitês, fazendo com que boa parte do que se planeja precisa ser feita em colaboração com outros comitês (sobretudo os comitês de assuntos indígenas e de quilombos). As ênfases principais são na produção de estudos que remetem às questões de organização de grandes projetos, impactos sobre povos tradicionais e comunidades locais, a relação com o meio ambiente, e formas de resistência e de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Isto

inclui trabalhos em reuniões científicas, livros e periódicos, além da participação em congressos acadêmicos na organização de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas. A mobilização sobre a divulgação dos impactos e da resistência ao licenciamento para a construção da barragem de Belo Monte no Pará e o desastre social e ambiental provocado pelo rompimento das barragens de contenção da empresa Samarco Mineração em Minas Gerais foi muita intensa e bem noticiada com participação ativa de diversos integrantes. Ao mesmo tempo, a intensificação do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) repercutiu na necessidade de ampliar e diversificar ainda mais os tipos de grandes projetos de desenvolvimento em operação nas suas diversas fases de implementação e produção.

O comitê manifesta sua preocupação, no ano de 2016, em que assistimos a um governo alçado ao poder por um processo sobre cuja legitimidade pairam dúvidas cada vez maiores e mais assustadoras, da tomada de medidas que podem representar graves prejuízos à liberdade e aos direitos sociais e culturais, e que afetam, particularmente, os povos tradicionais cujos direitos se tornam cada vez mais vulnerabilizados diante do cenário que se apresenta, como as medidas que estão sendo tomadas para acelerar a implantação de projetos desenvolvimentistas, além das ameaças ao campo da educação, ciência e tecnologia. A perda de espaços institucionais e formas de representação de agendas de direito de minorias, como mulheres, negros, indígenas quilombolas, e outros povos tradicionais entre outros, são todas medidas que nos afastam de um projeto de sociedade mais justa, inclusiva e plural, nos aproximando de práticas ditatoriais.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem mantido a ênfase do crescimento na exportação de commodities, havendo uma caracterização da participação brasileira no mercado internacional como provedor de recursos primários. Políticas do Estado, visando à integração do Brasil em uma economia mundial neoliberal, respaldam as práticas corporativas de caráter neoextrativista que se tornaram uma atrativa frente de investimentos por parte de grandes empreendimentos e grupos financeiros. Megaprojetos de hidrelétricas e complexos minerários que incluem gigantescas minas a céu aberto, minerodutos com centenas de quilômetros de extensão e sistemas portuários, pecuária de grande escala, além dos monocultivos de eucalipto, soja e cana, são alguns dos principais ingredientes dessa economia extrativa.

Os ataques contra os direitos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais: tentativas de reverter a direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. A ofensiva legislativa da bancada ruralista junto com uma bancada constituída de alguns parlamentares evangélicos está contra os direitos indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais, por meio de Propostas de Emenda Constitucional, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei, Portarias e Decretos como: PEC 215/00, PLP 227/12, PEC 237/13, PEC 038/99 e PL 1610/96, que afrontam a Constituição brasileira, a Convenção 169 da OIT, e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Esses atos legislativos visam extinguir direitos adquiridos e dificultar o processo de demarcação de terras indígenas para favorecer sua exploração por latifundiários, e a implantação de megaprojetos (na região amazônica, sobretudo, hidrelétricas, mineração e agronegócio).

Estamos diante de intervenções que resultam na transformação irreparável dos modos de viver de centenas de milhares de famílias. Relatórios de inspeção (MPF, CNDH e dos pesquisadores) apontam, dentre várias consequências, que está em curso um processo de expropriação dos meios de produção e de reprodução da vida dos povos e comunidades atingidos pelos grandes empreendimentos; há falta de informações adequadas junto às famílias atingidas; as negociações são realizadas em bases assimétricas e desiguais, inclusive com relatos de pressão sobre o atingido para efetuar escolha; prevalece viés unicamente patrimonialista adotado pelo empreendedor, que não flexibiliza sua postura frente à proposta de reassentamento rural coletivo ou individual em área remanescente que não recompõe o modo de vida ribeirinho

Pode-se ainda destacar que atingidos de várias categorias sociais e profissionais não são reconhecidos e têm seus direitos negados (carroceiros, garimpeiros, oleiros, comerciantes de peixes ornamentais e trabalhadoras); há violação do direito à moradia, criminalização dos movimentos sociais, violação do direito de acesso à justiça e promoção de situações que tornam as populações atingidas ainda mais vulneráveis à violência, ao trabalho escravo, à prostituição e ao tráfico de pessoas. É recorrente o deslocamento compulsório de povos e comunidades tradicionais sem alternativa de reassentamento.

A Agenda Brasil, anunciada pelo governo federal em agosto de 2015 e proposta por líderes do Senado com o objetivo alegado de retomar o crescimento econômico, tende a agravar a situação.

3. DINÂMICA DO COMITÊ

As atividades e iniciativas do Comitê estiveram relacionadas à atuação dos seus integrantes nas suas regiões de trabalho/pesquisa e, sempre que possível, foram potencializadas em eventos que viabilizaram a articulação entre seus membros.

Nesse sentido, destacamos a relevância da reunião realizada em 2015, em Brasília, que resultou na “Carta de Brasília” e do Seminário ABA + 60, que contou com a participação de Andrea Zhouri, Parry Scott, Estêvão Palitot, Eliane Cantarino e Stephen G. Baines. Resultante desta ação dialogada e colaborativa, o Comitê contribuiu com a realização do Boletim de Análise de Conjuntura, publicado em 2016, com uma síntese das questões mais proeminentes sob a ótica dos integrantes de cada comitê da ABA.

Tais iniciativas possibilitaram um rico exercício de sistematização, como promoveram a produção de material que contribuiu para fomentar o diálogo da ABA com a sociedade mais ampla.

Também digno de nota foi a realização da Oficina Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: a discussão do tema na educação básica e no ensino da antropologia nos cursos de graduação". A atividade foi toda conduzida por integrantes do Comitê e possibilitou o contato de profissionais da área da educação básica com os temas tratados pelo Comitê.

4. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

As atividades do Comitê se concentraram na realização de seminários, mesas redondas, e painéis em reuniões científicas com participação significativa de antropólogos.

XI Reunião de Antropólogos do Mercosul, Montevideu, Uruguai 2015:

Stephen G. Baines (UnB, Brasil) e Sebastián Valverde (UBA, Argentina) coordenaram a Mesa Redonda 26, “Movilizaciones socio-étnicas y Estados Nacionales en el Mercosur: transformaciones, reconfiguraciones y paradojas actuales.”

Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) coordenou a Mesa Redonda 40, em que participaram Stephen G. Baines e Andrea Zhouri, na Faculdade de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Salón 8, Montevideu.

V REA/ XV ABANNE - 5ª Reunião Equatorial de Antropologia, 15ª Reunião de Antropólogos do Norte/Nordeste Abanne (Maceió, – maio de 2015)

Stephen G. Baines coordenou a Mesa Redonda 08 - Antropologia com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nas Américas, 22 de Julho de 2015, Sala 12, no Centro Universitário Tiradentes (UNIT), Maceió, AL. Expositores: Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF), Edna Castro (UFPA), Andrea Zhouri (UFMG). Debatedora: Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF).

Max Maranhão Piorsky Aires e Stephen G. Baines coordenaram o GT 23 – “Etnologia Indígena e políticas indigenistas em Estados Nacionais diversos”. 20 a 23 de Julho de 2015, na Sala 27, Bloco C, UNIT, Maceió. AL.

Andrea Zhouri participou do Fórum Temático “A produção antropológica e os desafios para a garantia de direitos étnicos, coletivos e territoriais” e da Mesa Redonda “Antropologia com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nas Américas”.

Vânia Fialho coordenou, juntamente com Carmen Silva (UFPI), o Fórum Temático “Cartografias Sociais: Conflitos, Mobilizações e Territorialidades. 22 de julho.

Vânia Fialho participou como expositora na mesa redonda: Mobilização Social na Amazônia e no Nordeste: propostas de conexões e diálogos, coordenada por Paula Lacerda (UERJ). Demais expositores: Bruno Pacheco (UFF e LACED/MN), Katiane Silva (PPGAS/UFRJ).

Seminário Quilombos, Estudos Antropológicos e Regularização Territorial (NEPE/UFPE)

Vânia Fialho participou como expositora na Mesa: “O Papel do Antropólogo no Atual Contexto de Ameaças aos Territórios Quilombolas, em 18/06/2015, coordenada por Renato Athias. Demais expositores: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES/ABA) e José Augusto Laranjeiras Sampaio (UNEB).

A 30ª Reunião Brasileira de Antropologia da ABA (João Pessoa agosto de 2016),

Vânia Fialho e Stephen G. Baines coordenaram a Oficina 06 Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos - a discussão do tema na educação básica e no ensino da antropologia nos cursos de graduação, Oficina do Comitê, realizada em três sessões de duas horas cada sessão em 04, 05 e 06 de agosto na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. Sessão 1 - Andréa L. M. Zhouri (UFMG); Sessão 2, Gersem José dos Santos Luciano (UFAM); Sessão 3, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS).

Estêvão F. Palitot e Stephen G. Baines coordenaram o GT 37, “Indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais em situações urbanas - identidades, territórios e conflitos”, em três sessões de três horas cada sessão, em 04, 05 e 06 de agosto de 2016 na 30ª RBA. Auditório 412, CCHLA, UFPB. 24 pessoas inscritas das quais 20 compareceram e apresentaram trabalhos orais. Debatedor: Stephen G. Baines (UnB).

Andrea Zhouri organizou o Simpósio Especial 05 – “Mineração, Sofrimento Social, resistências: o Brasil e o contexto latino-americano”., apresentou trabalho no Simpósio Especial “A gestão da catástrofe e a política das afetações” e participou da mesa redonda “Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida” .

II Seminário do Laboratório de Estudos sobre Tradições

Stephen G. Baines, coordenou a Mesa Redonda 1, “Indígenas em Situações Urbanas”, no II Seminário do Laboratório de Estudos sobre Tradições: teias de produção cultural, territórios, tradições e tecnologias, em 20.05.2015, no Centro de Cultura e Arte (CULTART/PROEX/UFS), Sergipe. Evento de 20 a 22 de maio de 2015.

39o Encontro Anual da ANPOCS, 2015

Stephen G. Baines e Russell Parry Scott coordenaram o GT31 “Projetos de Desenvolvimento e Direitos Territoriais das Populações Tradicionais - alternativas de desenvolvimento” em 28 e 29 de outubro de 2015.

Os participantes programados que compareceram foram:

1. Stephen Grant Baines (UnB), (coordenador, debatedor, e apresentação de trabalho),
2. Russell Parry Scott (UFPE), (coordenador e debatedor),
3. Sérgio Roberto Moraes Corrêa (UEPA),

4. Cintia dos Santos Pereira da Silva (UNICAMP),
5. Rogério Geraldo Rocco (UFF),
6. Andreza Aparecida Franco Câmara (UFF),
7. Helenilda Wanderlei de Vasconcelos Cavalcanti (FJN),
8. Valéria Costa Aldeci de Oliveira (UFPB),
9. Angela López Cantero (UFCG).

Os painelistas que compareceram foram:

1. Renata Medeiros Paolielli (UNESP)
2. Mariana Gravina Prates Junqueira (PUCSP)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/UFPE) coordenou a MR28 “Tensões políticas recentes e os seus efeitos sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos tradicionais”, em 29/10/15, sala 14 – Hotel União, dentro da temática ampla do “Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos” da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com participação de expositores: Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF), Russell Parry Scott (UFPE), Stephen Grant Baines (UnB)

Fórum Social Mundial 2016

Walmir Pereira organizou o Fórum Social Temático : “Semeando A Primavera Da Justiça e dos Direitos em uma Paisagem de Terra Arrasada”. FSM, 22/01/2016;

Seminário do LAGERI 2016

Stephen G. Baines coordenou o Seminário do LAGERI 2016 “Etnologia Indígena e Regime Tutelar no Brasil”, Departamento de Antropologia (DAN), UnB, em 25.08.2016. Expositores: João Pacheco de Oliveira, Professor Titular, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ); Jurema Machado de Andrade Souza (Universidade do Oeste da Bahia), Alessandro Roberto de Oliveira, (UFG).

Reuniões do LAGERI 2015 e 2016

Stephen G. Baines coordenou as reuniões do LAGERI, evento de Extensão do DAN/UnB, nos anos 2015 e 2016, com reuniões em média de 3 em 3 semanas no DAN/UnB sobre temas relacionados com relações interétnicas, incluindo muitos temas que versam sobre povos indígenas e outros povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos.

Painel “Povos Indígenas e o Novo Constitucionalismo Latinoamericano”, 19/04/2016 (articulação entre LECC, LACC/UPE e NEPE).

VI Jornada de Estudos sobre Etnicidade (NEPE/UFPE e UPE)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/UFPE) organização e coordenação da mesa “Grandes Empreendimentos e os Estudos Ambientais”, em 22.10.2016. Expositores: Russel Parry Scott (UFPE), Heiros S. Costa (UFPE) r Jan Bittoun (UFPE)

II Seminário sobre Povos Ciganos em Pernambuco – 15/10/2015

(NEPE/UFPE e UPE)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/UFPE) organização e coordenação da mesa “Ciganos, Memória, Identidade e Mobilidade”. Expositoras: Jamilly Cunha (PPGA/UFPE), Jessica Medeiros (PPGA/UFPB) e Caroline Leal (PPGA/UFPB).

III Seminário sobre Povos Ciganos em Pernambuco – 14/10/2016

(NEPE/UFPE e UPE)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/UFPE) participou na organização e como expositora na mesa “Ciganos e Saúde: Visões da Antropologia e do Estado de Direito”.

Seminário Saúde Indígena e Perspectivas interinstitucionais (IMIP, PPGISC-DAM/UFPE, UPE, MS)

Vânia Fialho participou com integrante da Mesa Redonda 1 em 19/04/2019, com o tema: “Cultura e Cosmologia: Princípios para discutir a intermedicalidade”.

Congresso Preparatório da Rede Latinoamericana de Antropologia Jurídica (RELAJU) em Pernambuco: “Direitos Territoriais, Autonomia e Acesso à Justiça”

Vânia Fialho organizou e coordenou o evento, realizado nos dias 27 e 28 /04/2015 na Faculdade de Olinda (FOCCA).

Congresso Preparatório da Rede Latinoamericana de Antropologia Jurídica (RELAJU), Região Nordeste: "Desenvolvimento e Diversidade: empreendimentos em colisão com os territórios tradicionais de povos e comunidades no Nordeste".

Vânia Fialho coordenou o GT: “Direitos Territoriais, Autonomia e Acesso à Justiça” em parceria com Sandro Calheiros Lobo (PPGA/UFPE). 24/06/2015.

IX Congresso da Rede Latino-Americana de Antropologia Jurídica (RELAJU)

Stephen G. Baines coordenou a Mesa, “Derechos Territoriales, Proyectos de Desarrollo de Gran Escala y Alternativas Indígenas de desarrollo.” 2015, na IX RELAJU, Pirenópolis, Goiás, em 29.09.2015. IX RELAJU 29.09.2015 - 02.10.2015. Com 7 expositores.

Vânia Fialho participou como expositora do trabalho Diálogo entre a Antropologia e o Direito através da Análise de Processos Judiciais Envolvendo Povos Indígenas no Brasil,

em coautoria com Monica Maria Gusmão Costa, na mesa “Acesso À Justiça, Reformas Judiciais e Pluralismo Jurídico”. .IX RELAJU 01.10.2015.

III Colóquio de Turismo em Terras Indígenas

Stephen G. Baines coordenou a Mesa Redonda 1, “Turismo, identidade e reelaboração étnica em Terras Indígenas”, 2015, no III CTurTI, em 12.11.2015, com a participação de Rodrigo Grünewald (UFCG), Isis Maria Cunha Lustosa (pesquisadora do Laboter/IESA/UFG), e Stephen G. Baines (UnB).

II Seminário do Laboratório de Estudos sobre Tradições (II LETRA)- Teias de Produção Cultural, Territórios, Tradições e Tecnologias, 2015

Stephen G. Baines apresentou o trabalho: “Indígenas presos nas penitenciárias de Boa Vista, Roraima - onde os direitos indígenas são desrespeitados”, na Mesa Redonda 1, "Indígenas em Situações Urbanas", no II LETRA: Teias de Produção Cultural, Territórios, Tradições e Tecnologias (20 e 21 de maio de 2015), em 20.05.2015, Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Stephen G. Baines coordenou a Mesa Redonda 1, “Indígenas em Situações Urbanas”, no II Seminário do Laboratório de Estudos sobre Tradições, em 20.05.2015, UFS, Aracaju, Sergipe.

II Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina. Siglos XIX-XXI. Avances, perspectivas y retos (II CIPIAL)

Stephen G. Baines (Brasil) coordenou, junto com Sebastián Valverde (Argentina) e Luis Eugenio Campos (Chile) Simpósio 66: “Movimientos, resistencias indígenas y estados nacionales - transformaciones y paradojas contemporáneas”, 2016. Em Santa Rosa (La Pampa) Argentina – 20 a 24 de septiembre de 2016.

Stephen G. Baines apresentou o trabalho “Indígenas em cidades no Brasil - invisibilização e reafirmação étnica” no mesmo simpósio. E foi membro da Comissão Organizadora do II CIPIAL.

5. PUBLICAÇÕES

A publicação de trabalhos referentes à produção do Comitê, além dos que foram divulgados como anais e/ou resumos de trabalhos apresentados em eventos, continua como objetivo do Comitê. A maioria dos integrantes do Comitê está publicando seus trabalhos individualmente em periódicos e em livros. Os resultados de alguns GTs e Simpósios estão sendo submetidos a periódicos como dossiê, como os trabalhos apresentados em Mesa Redonda do RELAJU e a elaboração do dossiê sobre

megamineração a ser publicado pela VIBRANT em 2017 (Título provisório em português: Mineração, resistências e conhecimento: um debate para a antropologia), sob responsabilidade de Andrea Zhouri.

6. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS/POSIÇÕES PÚBLICAS DA ABA

- Contribuições para o documento Protocolo de Brasília, agosto de 2015.
- Análise de Conjuntura pelo Comitê Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos
- Nota do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA em defesa da ABA no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída em 28/10/2015 para “investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos”.
- Nota da Associação Brasileira de Antropologia sobre o rompimento da barragem de rejeito em Mariana, Minas Gerais.
- Contribuição à nota das associações científicas sobre o Desastre da Samarco em Mariana-MG.
- [ABA assina Nota de Repúdio ao substitutivo do Deputado Mauro Pereira ao Projeto de Lei n.º 3.729/2004 - Licenciamento Ambiental](#)
- Contribuição para elaboração de moções apresentadas na RBA e na ANPOCS sobre tema meio ambiente e povos tradicionais.

7. OUTRAS ARTICULAÇÕES

Participação na Rede de Direitos Indígenas de Pernambuco, acompanhando a situação de povos e comunidades tradicionais ameaçados pelo Projeto de Usina Nuclear de Nova Itacuruba.

Participação na equipe de inspeção interinstitucional de acompanhamento da situação da população atingida pela construção da hidrelétrica de Belo Monte (Sônia Magalhães).

Acompanhamento da situação da população atingida pelo rompimento da barragem de rejeito em Mariana (Andrea Zhouri).

8. DESAFIOS PARA A GESTÃO 2017-2018

A experiência do Comitê entre 2015 e 2016 registrou a necessidade, apresentada por Gersem Luciano Baniwa no Fórum Temático realizado na 30ª RBA, de contemplar a participação de antropólogos e antropólogas representantes de povos e comunidades tradicionais na sua composição.

Passa também a ser um desafio viabilizar a composição do Comitê de forma a ter pesquisadores que acompanham, pelo menos, as situações mais críticas que atingem povos e comunidades tradicionais, como as apresentadas no Boletim de Análise de Conjuntura, de autoria deste Comitê.